



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO

UNIDADE DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO

Procedimento nº 02459.000.406/2026 — Procedimento de Gestão Administrativa

ANEXO XXX - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXXX/XXXX

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**, órgão administrativo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, inscrita no CNPJ sob n.º 93.802.833/0001-57, com endereço nesta Capital, na Rua General Andrade Neves, n.º 106, bairro Centro, neste ato representada pelo Diretor-Geral, igualmente denominada de ÓRGÃO GERENCIADOR, considerando o resultado do Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, determina o **REGISTRO DE PREÇOS** dos bens objeto do procedimento número **02459.000.406/2026**, pelo **FORNECEDOR** abaixo indicado, bem como **CADASTRO RESERVA DE FORNECEDORES**, na ordem de classificação por eles alcançada, em atendimento às condições previstas no referido (Edital de licitação ou na referida contratação direta), bem como às normas constantes na Lei n.º 14.133/2021, no Decreto Estadual n.º 57.036/2023 (aplicáveis para todos os efeitos de direito independentemente de transcrição), e, ainda, nos termos das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

É objeto da presente Ata o registro dos preços abaixo:

Fornecedor:						
CNPJ:						
Endereço:						
Telefone/email:						
Representante legal:						
Item	Objeto	Quant.	Un.	Marca	Modelo	Valor unitário
1.	Banco Estilo Tamanduá na cor vermelha	10	UN			R\$ XXXXX



1.1 Os preços registrados são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), leis sociais, seguros, administração, lucros, equipamentos, frete e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada no Edital Licitatório.

1.2 O fornecedor se obriga na quantidade indicada acima e nos termos das especificações técnicas constantes do Item 4.3 do Anexo I do Edital - Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO(S) PARTICIPANTE(S)

2.1 O órgão gerenciador da presente Ata é a PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da Unidade de Patrimônio e Almoxarifado, situada na Rua Leopoldo Fróes, 86, bairro Floresta, Porto Alegre/RS, telefone (51) 32952090, e-mail patrimonio-almox@mprs.mp.br.

2.2 Não há órgãos ou entidades participantes no presente registro de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1 O prazo de vigência da presente Ata é de 12 (doze) meses, a contar do dia útil seguinte ao de sua disponibilização resumida no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

3.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, momento em que serão renovados os quantitativos inicialmente registrados.



CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPRAS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 As compras decorrentes da presente Ata serão formalizadas por meio de Nota de Empenho da despesa.

4.2 Juntamente com a nota de empenho, será enviada ao FORNECEDOR uma Ordem de Fornecimento, que indicará a quantidade, o local e o prazo de entrega do objeto a ser adquirido, conforme Termo de Referência.

4.3 Não haverá lote mínimo de aquisição.

4.4 Todas as demais regras, como especificações, execução do objeto, pagamento, direitos e obrigações, penalidades e etc. deverão seguir o que determina o Termo de Referência.

4.5 O prazo de vigência das contratações decorrentes da Ata é de 12 (doze) meses, a contar da emissão da nota de empenho.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1 Os preços registrados poderão ser revisados para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro quando, por motivo superveniente, restarem inviáveis de serem praticados em razão de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis.

5.2 O pedido de revisão de preço formulado pelo FORNECEDOR será analisado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR a partir da fundamentação e do conjunto probatório